

# *Festa em honra de* **S. LOURENÇO** **Pombal de Ansiães | 2017**

## **Quarta, 9 de agosto**

**19:30h - Chegada da banda filarmónica de S. Mamede Riba Tua**

**21:00h - Procissão de Penitência**

## **Quinta, 10 de agosto**

**09:00h - Procissão da Prendas**

**15:00h - Concerto musical pela Banda Filarmónica S. Mamede Riba Tua**

**17:00h - Missa Cantada pela Banda Filarmónica**

**18:00h - Majestosa Procissão**

**23:00h - Grandioso arraial com o grupo «Som Jovem»**

**00:00h - Fogo de artifício**

## **Sexta, 11 de agosto**

**23:00h - Arraial com o grupo «Via5»**

Serviço de bar permanente com varias bebidas e petiscos



O Jornal **pombal**  
tem o patrocínio do



**INSTITUTO PORTUGUÊS  
DO DESPORTO  
E JUVENTUDE, I. P.**



**miravet**  
PRODUTOS PARA AGRICULTURA E PECUÁRIA, LDA.

Loja 1: Rua da República nº107 • tel. 278 263 263 • fax 278 262 628 • **5370-347 MIRANDELA**  
Loja 2: Rua de Stº António • Tel/Fax 278 616 515 • **5140-095 CARRAZEDA DE ANSIÃES**  
**ARMAZÉM:** Cruzamento de S. Salvador • Tel. 278 262 855 • **5370 MIRANDELA**  
E-mail: geral@miravet.eu - www.miravet.eu



**DELÍCIA DE ANSIÃES**  
Rua Jerónimo Barbosa | 5140-077 Carrazeda de Ansiães  
● 965 307 759 ● 278 108 717

**Fabrico Próprio**

- ✓ Bolos de Casamento
- ✓ Batizado
- ✓ Aniversário
- ✓ Pastelaria Variada
- ✓ Variada gama de pão
- ✓ Fofares
- ✓ Pizzas
- ✓ Cachorros
- ✓ Hamburger



**DOCES DA PURI**

Puri Fernandes

Beco do Jaime, 30  
5140-182 Parambos  
Carrazeda de Ansiães  
Trás-os-Montes

Tel.: 278 685 233  
E-mail: dapuri@hotmail.com  
<http://docesdapurieetc.blogspot.com/>  
<http://www.facebook.com/DocesdaPuri>



**Decar, Moveis e Carpintaria**  
Cozinhas | Quartos | Salas  
Parquet flutuante | Soalhos | Forros  
Todo o tipo de mobiliário por medida

**Loja e Exposição**  
Rua Tenente Aviador Melo Rodrigues n.85 R/C  
Carrazeda de Ansiães

Celestino Araújo Alves

**278615060 | 961867993 | 912093010**  
Rua Tinta Barroca n.º 74 | 5140-353 Carrazeda de Ansiães



**JMLIMA**  
soc. mediação de seguros

**José Lima**  
TM.: 91 943 55 56  
[jmlima.seguros@sapo.pt](mailto:jmlima.seguros@sapo.pt)  
[www.jmlimaseguros.com](http://www.jmlimaseguros.com)

Rua Bombeiros Voluntários, 196  
5140-060 CARRAZEDA DE ANSIÃES  
T.: 278 616 218 F.: 278 617 953



**Quintinha do Manel**  
Rua Tenente Aviador Melo Rodrigues  
Carrazeda de Ansiães

**Restaurante, Pensão / Residencial**

**278617487**



**SuperMaisAnsiães**

Rua Drº José João de Freitas Nº 50 \* 5140-069 - Carrazeda de Ansiães  
Tlf./Fax 278 615 000



# FICHA TÉCNICA

## Nome

O Pombal

## Propriedade

Associação Recreativa e Cultural  
de Pombal de Ansiões

## Nº de Pessoa Coletiva

500 798 001

## Publicação Registada na D.G.C.S.

122017

## Depósito Legal

129192/98

## Diretor

Hélder Fernandes

## Paginação e Composição

Pedro Miguel Fernandes Carvalho

## Redação e Impressão

Largo da Igreja, 1 - Pombal de Ansiões

5140-222 Pombal CRZ

Telef. 278 669 199

E-mail: [jornalopombal@gmail.com](mailto:jornalopombal@gmail.com)

[jornal@arcpa.pt](mailto:jornal@arcpa.pt)

## Home Page

<http://www.arcpa.pt>

## SEDE DO EDITOR

Sede da ARCPA

## ESTATUTO EDITORIAL

[www.arcpa.pt](http://www.arcpa.pt)

## Redatores

Hélder Fernandes; Pedro Carvalho

## Fotografia

Fernando Figueiredo; Fernanda Natália; Hélder Fernandes  
Eduardo Pinto;

## Colaboradores

Eduardo Pinto; Hélder Fernandes; Carlos Fernandes  
Fernando Campos Gouveia; Flora Teixeira; Manuel Barreiras  
Pinto; Catarina Lima; José Mesquita; Fátima Santos; Adriana  
Teixeira; Susana Bento; Matilde Teixeira; Hermínia Almeida;  
Fernando Figueiredo; Vítor Paulo Lima; António Cunha  
(Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores)

## Tiragem Média

500 Exemplares

## Preço

O jornal O POMBAL é gratuito para os  
residentes em Pombal de Ansiões

Assinatura Anual (Sócios)

Portugal: 8,00 Euros;

Europa: 18,00 Euros;

Resto do Mundo: 25,00 Euros

Assinatura Anual (Não Sócios)

Portugal: 12,00 Euros; Europa: 25,00 Euros;

Resto do Mundo: 35,00 Euros

## Pontos de Venda

Sede da ARCPA (Pombal);

Papelaria Horizonte; Ourivesaria Cardoso;

Papelaria Nunes

(Carrazeda de Ansiões)

Livraria/Papelaria CLIP (Vila Flor)

FUNDADO EM 1 DE JANEIRO 1997

# EDITORIAL



Hélder Fernandes

## Seca pode provocar “grandes quebras” na produção em Trás-os-Montes

De acordo com indicações do Gabinete de Planeamento e Políticas A atual campanha agrícola tem sido caracterizada por condições meteorológicas desfavoráveis à atividade, tendo-se assistido em particular a um agravamento da situação durante o mês de Junho, o que teve por consequência uma deterioração do estado de culturas vegetais e da disponibilidade de alimentos forrageiros, com quebras de produtividade, podendo também haver grande quebras de produção em outras culturas da região.

A seca extrema que se atravessa no Nordeste Transmontano pode vir a afetar a produção das nossas culturas nomeadamente na maçã, que pode não atingir o calibre comercial, poderá haver quebra na produção do azeite e castanha, consequência da seca que a região atravessa.

Há uma disponibilidade muito baixa de água no solo, o que faz com que haja culturas agrícolas muito afetadas, bem como a capacidade de sobrevivência de diversas variedades de plantas, sobretudo nas que foram plantadas ao longo do ano.

A percentagem de água existente no solo em relação à capacidade de utilização das plantas ronda os 10 e os 15%, o que significa que se não houver precipitação imediatamente, há a possibilidade de algumas espécies de plantas não sobreviverem, nomeadamente, a plantações novas.

A falta de água nos pastos é outras das preocupações o pastoreio esta neste momento atingir uma esqueces por falta de precipitação, a possibilidade de perda na cultura do olival podem ser preocupantes, no que respeita às perdas de produção, como há outros problemas, sobretudo na produção de cereais (trigo, centeio e aveia).

A sub-região de Trás-os-Montes está a ser muito afetada pela seca, o que nos deve preocupar!!!....

# OURIVESARIA CARDOSO

de

**José Alberto Pinto Pereira**

Rua Luís Camões  
Telef. 278 617 284 - 5140 Carrazeda de Ansiães



Tlf.: 278 610 040 Tlm: 917 838 018  
Fax: 278 610 049 vanguardalda@gmail.com  
Delegado Centro Sul (Coimbra)  
Arq. Jaime Veiros Tlm.: 917837198

Rua Marechal Gomes da Costa, 319, 1º Dtº  
5140-083 Carrazeda de Ansiães



## RÁDIO ANSIÃES, C.R.L.

Rua Tenente Aviador Melo Rodrigues  
5140-100 Carrazeda de Ansiães

Internet: [www.radioansiaes.pt](http://www.radioansiaes.pt)  
E-mail: [geral@radioansiaes.pt](mailto:geral@radioansiaes.pt)  
Dep. Comercial: 910 043 373

### Participar nos programas:

Telefone: 278616295  
SMS: 912217320  
[musica@radioansiaes.pt](mailto:musica@radioansiaes.pt)

### Publicidade:

910043373  
278616365  
Email: [geral@radioansiaes.pt](mailto:geral@radioansiaes.pt)

A Rádio Ansiães apoia a ARCPA, ciente da colaboração  
no progresso do concelho de Carrazeda de Ansiães.

## Ex.mo(s) Senhor(es) Associados/Assinantes

Caso pretendam receber o jornal, deverão recortar/copiar e preencher a Ficha de Assinatura abaixo e enviá-la para a ARCPA, com o respectivo meio de pagamento ou comprovativo de transferência bancária dos valores indicados, para as seguintes contas:

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (C.a Ansiães)

IBAN - PT50 0045 2190 40052054541 39

JORNAL O POMBAL

FICHA DE ASSINATURA

NOME - \_\_\_\_\_

MORADA - \_\_\_\_\_

LOCALIDADE - \_\_\_\_\_ CÓD. POSTAL - \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

PAÍS - \_\_\_\_\_

### SÓCIOS ARCPA

Assinatura anual  
8,00 Euros PORTUGAL  
18,00 Euros EUROPA  
25,00 Euros RESTO DO MUNDO

### NÃO SÓCIOS

Assinatura anual  
12,00 Euros PORTUGAL  
25,00 Euros EUROPA  
35,00 Euros RESTO DO MUNDO

ENVIO CHEQUE No \_\_\_\_\_ BANCO \_\_\_\_\_

VALE POSTAL No - \_\_\_\_\_

ou comprovativo de transferência bancária com a identificação do assinante

DATA - \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ Assinatura - \_\_\_\_\_

Envie para: Jornal O POMBAL \* Largo da Igreja, 1 POMBAL  
5140-222 POMBAL CRZ - CARRAZEDA DE ANSIÃES

Obs.: O pagamento deverá ser efectuado no início de cada ano.

## CONTACTOS ÚTEIS

Carrazeda de Ansiães

### Câmara Municipal:

Telef. 278 610 200 Fax. 278 616 404

### Bombeiros Voluntários:

Telef. 278 616 104 Fax. 278 615 186

### Guarda N. Republicana:

Telef. 278 610 020

### Centro de Saúde (Urgência):

Telef. 278 610 050 Fax. 278 616 706

### Sta Casa da Misericórdia ( Lar de Idosos ):

Telef. 278 616 747 Fax. 278 616 748

### Águas de Carrazeda(Serviços de Águas e Saneamento):

Telef. 278 617 736

### Farmácia Rainha:

Telef. 278 616 250

### Farmácia Veiga:

Telef. 278 617 119

### Caminhos de Ferro (Estação de Tua):

Telef. 278 685 177

### Direcção Regional de Agricultura:

Telef. 278 616 361

### Escola de Condução:

Telef. 278 616 278

### Escola E-B-2,3 ( Escola Secundária ):

Telef. 278 618 190 Fax. 278 618 198

### Centro Regional de S. Social:

Telef. 278 616 147 Fax. 278 616 251

### Conservatória Predial e Civil:

Telef. 278 616 164 Fax. 278 615 327

### Cartório Notarial:

Telef. 278 616 141

### Serviço de Finanças:

Telef. 278 616 236

### Tesouraria da Fazenda Pública:

Telef. 278 616 461

### Centro Social e Paroquial de Pombal (Lar de Idosos):

Telef. 278 669 315



BORGES PINTO & FERREIRA, LDA.

Confeitaria e Pastelaria, Restaurante  
Snack-Bar, Salão de Chá e Café

Rua do Campo Alegre, 654  
Telefone 226 068 646  
4150-171 PORTO



Largo do Chafariz - 5070 Alijó  
Telef. 259 956 691

Rua Luís de Camões, 791 - 5140 Carrazeda de Ansiães  
Telef. 278 616 335

Av. das Amoreiras, 130 - 5370 Mirandela  
Telef. 278 285 213  
Telem. 912 224 418



## Regulamento Cedência do Salão

Sócio(a) / Filho(a) de Sócio(a) / Cônjuge

Dias	Salão	Loiças	Cozinha	Salão / Loiças / Cozinha
1	40€	15€	30€	75€
3/4	100€	40€	80€	200€

Não Sócio(a)

Dias	Salão	Loiças	Cozinha	Salão / Loiças / Cozinha
1	80€	30€	60€	150€
3/4	200€	80€	150€	300€

Obs: Para este efeito, as regalias de sócio, adquirem-se desde que se seja sócio(a) há mais de um ano, na data do pedido.

O sal o deverá ser sempre pedido por escrito, com uma antecedência adequada.

Para casamentos, principalmente no Ver o e datas festivas, a antecedência deverá ser, no m nimo de três meses,

Os pedidos ser o objecto de aprecia o e decis o, por ordem de chegada. Sempre que os pedidos sejam coincidentes, os sócios ter o preferência sobre os n o-sócios.



Especialidades da Casa:  
Carnes:

Verde, Javalí, Coelho Branco, Porco e Arroz de Leão  
Peixe:

Polvo, Bacalhau, Enguiça, e Peixeiras da Nossa Rio  
Agência TOTOBOLA - TOTOLOTO  
ESPLANADAS DE LAZER  
E PAISAGENS ESPECTACULARES

Restaurante  
**CALÇA CURTA**

Telef. 278 685 255  
5145-133 TUA

O NOVO  
**TALHO NOVO**



**talhonovo@hotmail.com**  
Carrazeda de Ansiães

**Visite o nosso site**  
**www.arcpa.pt**

**SERRALHARIA A NOVA**  
DE: ALBINO AUGUSTO CARVALHO  
— FERRO E ALUMÍNIO —

ZONA INDUSTRIAL, LOTE 6 \* Telef/Fax 278 615 268  
TELE: 917 601 847 \* 5140-105 CARRAZEDA DE ANSIÃES



## Somos o que comemos - Parte 1

**Dr. Paulo Afonso**

*Médico Veterinário*

No momento de escolhermos o alimento para os nossos patudos há várias questões que passam pela cabeça de todos os donos. Alimentação industrial: seco ou húmido? Alimentação caseira: sim ou não? Qual o melhor sabor? Qual a melhor fonte de nutrientes? Ração colorida ou não? Suplementos? Mimos? Doces?

Todos os donos procuram dar a melhor alimentação ao seu fiel companheiro e, para o melhor ajudar nessa tarefa, vamos falar sobre alguns dos pontos mais relevantes da definição do que deve ser a sua alimentação. Desta vez irei responder à seguinte questão: Alimentação Caseira ou Alimentação industrial?

Em primeiro lugar, o alimento deve ser encarado como o combustível de funcionamento do seu animal. Sendo o seu amigo de quatro patas reflexo daquilo que lhe der a ingerir, é uma grande responsabilidade decidir como o alimentar. Na hora H, deve optar pelo tipo de alimento que assegura todas as necessidades nutricionais do seu companheiro, atendendo à idade, porte, atividade, condição corporal, metabolismo e estado de saúde. Por exemplo, um animal jovem precisa de uma alimentação mais calórica para lhe fornecer a energia necessária a tanta correria e brincadeira. Já um geriátrico necessita de uma alimentação menos calórica, que vá ao encontro do seu metabolismo basal e de algumas especificidades da idade, como doenças osteoarticulares, cardiovasculares, renais, endócrinas, etc. Por sua vez, um animal esterilizado tem um metabolismo mais baixo pelo que se deve optar por uma alimentação pensada especificamente para esta condição. Um animal com magreza extrema deve ter uma alimentação mais hipercalórica e um animal obeso deve ter precisamente o contrário.

Deste modo, e face à multiplicidade de necessidades de nutrientes, vitaminas, minerais, fontes e tipo de proteína, lípidos, cálcio, fósforo, hidratos de carbono e oligoelementos, não devemos considerar a alimentação caseira como a mais indicada para colmatar as necessidades de alimentação dos nossos amigos de quatro patas. Além

do tempo e trabalho despendidos a confeccionar a comida, a probabilidade de falhar em algum destes componentes e comprometer a saúde do seu animal é elevada. É certo que a ligação afetiva com o seu patudo sai reforçada, mas o custo é maior. O alimento será certamente desequilibrado quanto à composição (proteínas, lípidos, cálcio, fósforo, fibras, vitaminas e oligoelementos) e cada preparação alimentar será diferente. Não é, por isso, uma dieta equilibrada, que fornece tudo o que o seu companheiro precisa, resultando, muitas vezes, em alterações gastrointestinais, carências nutricionais e problemas de crescimento.

Sem dúvida que, pela facilidade e por ser um alimento completo, que vai ao encontro, especificamente, das necessidades do seu patudo, considerando todas as variáveis que podem afetar o seu metabolismo, a alimentação industrial é claramente a solução mais eficaz, económica e eficiente, que permite dar-lhe tudo o que precisa, evitar falhas e controlar o peso e a saúde do seu animal. A alimentação industrial tem a vantagem de conter todos os elementos indispensáveis (proteínas, lípidos, cálcio, fósforo, fibras, vitaminas e oligoelementos), sem suplementos, com um baixo custo associado e sem precisar de despendar tempo na sua preparação.

Aqui chegados, é importante distinguirmos entre secos e húmidos, mas isso ficará para a próxima edição. Além das temáticas que vamos aqui abordando e de desfazer alguns mitos, quero, também, dar resposta às vossas dúvidas e questões. Por isso, enviem as vossas dúvidas, questões ou sugestões de temas para o [jornalopombal@gmail.com](mailto:jornalopombal@gmail.com). Nas edições seguintes tentarei dar resposta a todas as dúvidas que me forem chegando, para que os nossos patudos continuem a ter uma vida saudável.

Uma má alimentação (desequilibrada) resulta, inevitavelmente, numa má condição corporal (magreza ou obesidade), num mau aspeto dos fâneros do seu animal e afeta, negativamente, o estado de saúde do seu amigo de quatro patas.

Somos o que comemos e os nossos animais não são exceção!



## I Prova de Azeite em Pombal de Ansiões

*Pedro Carvalho*

No dia 25 de Junho, realizou-se pela 1ª vez uma prova de azeite nesta freguesia de Pombal de Ansiões, organizada pela ARCPA.

Este evento contou com a presença da Sr.ª Eng.ª Maria Helena Chéu, docente no Instituto Piaget e pertencente ao painel nacional de provadores. Esta prova teve a presença de 25 participantes e muitas outras pessoas presentes na plateia, que puderam ouvir numa 1ª fase alguns esclarecimentos sobre a nossa região e características do nosso olival e azeite.

De seguida, foi possível por parte dos participantes, provadores, apreciarem as qualidades e diferenciarem as características do precioso “Ouro Líquido” em avaliação.

Todos os presentes tiveram oportunidade de se manifestarem e contribuírem com a sua opinião acerca das suas experiências.

Foi um momento pedagógico, em que todos tiveram oportunidade de enriquecer a sua aprendizagem, na forma como se aprecia e classifica o azeite da nossa região.

Para tornar o momento mais agradável e divertido, houve uma atuação do Rancho Folclórico de Carlão com o seu repertório.

Finalmente, um repasto simples para quem quis degustar umas bifanas “regadas” com o nosso melhor vinho.





## Crónicas de uma pombalense

*Hermínia Almeida*

### À descoberta de Portugal – Património da Humanidade



Património da Humanidade é uma região ou área (designada "sítio") que pode estar localizada num povoado ou num vale, em rios, florestas, numa vila, ou em montanhas, lagos, ilhas, desertos, em cidades, numa reserva natural marinha ou terrestre, resumindo, em qualquer local da Terra que venha a ser considerado pela comunidade científica de inigualável e fundamental importância para a humanidade.

Pode ser um único monumento ou construção, ou um conjunto arquitetónico delimitado numa cidade, vila ou região. Pode ser uma única caverna ou um vale ou mesmo toda uma região, que devido ao seu valor histórico, arqueológico, natural, ambiental, ou um conjunto desses fatores, pode ser integrada na lista do Património Mundial. Também se incluem na lista, pela importância e singularidade, manifestações e rituais praticados por algumas comunidades ou povos.

Os locais ou manifestações culturais, classificados de Património Mundial, são avaliados e definidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

São muitos os monumentos e sítios que no mundo estão classificados como património cultural e também são inúmeros os locais de património natural. Vários sítios são classificados como mistos (reúnem a classificação de culturais e naturais) e alguns sítios são transfronteiriços (a sua área ou região distribui-se por dois ou mais países).

Portugal tem 15 sítios inscritos na lista, 14 culturais e um natural, de acordo com os critérios de selecção da UNESCO. Três estão localizados nos arquipélagos dos Açores e Madeira e um outro é partilhado com Espanha.

Os monumentos e sítios classificados de Património da Humanidade, em Portugal, são os seguintes:

#### Na região norte de Portugal continental:

- O Centro Histórico de Guimarães
- O centro Histórico do Porto
- O Alto Douro Vinhateiro
- O Parque Arqueológico do Vale do Côa

#### Na região Centro de Portugal Continental:

- Universidade de Coimbra – Alta e Sofia
- O Convento de Cristo, em Tomar
- O Mosteiro da Batalha
- O Mosteiro de Alcobaça

#### Na região de Lisboa:

- A Paisagem cultural de Sintra
- O Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de Belém

#### Na região sul de Portugal continental:

- A Praça-Forte de Elvas
- O Centro Histórico de Évora

#### Na região autónoma dos Açores:

- O Centro Histórico de Angra do Heroísmo – Ilha Terceira
- Paisagem cultural da vinha da Ilha do Pico

#### Na região autónoma da Madeira:

- A Floresta Laurissilva da Ilha da Madeira.

Neste período de férias, vá para fora cá dentro. Se decidir partir à descoberta de Portugal, aproveite para conhecer o património da Humanidade que por cá existe. Valerá, certamente, a pena.







## Património e Cidadania

*Fernando Figueiredo*

### POMBAL-AMIEIRO: O RIO TUA DE PERMEIO

#### DA ANTIGA BARCAÇA À ALBUFEIRA DA BARRAGEM

Não abordei este assunto no livro que publiquei o ano passado sobre a Freguesia de Pombal de Ansiães. Na altura, não possuía sobre ele muita informação; mas deve ter pesado mais no meu subconsciente, o facto de não se me ter apresentado como importante para a nossa freguesia.

Mais recentemente, após um encontro com o Doutor Raul Mesquita Lima, que me mostrou algumas fotos e a quem agradeço por mas ter facultado para este efeito, ambos achámos que podia ter algum interesse tratá-lo no nosso jornal para que fique um sucinto registo. Aqui o faço agora, de forma sucinta, depois de ter coligido os elementos que considero essenciais, a partir de informação que tinha e de fontes dispersas.

Acerca do Amieiro, apenas referirei que a localidade, segundo alguns, terá nascido da deslocação da população do Amieiro Velho, localizado bem mais acima na encosta, devido a uma invasão de formigas; e, segundo outros, que a povoação actual terá sido antecedida de um antigo castro de defesa natural no local, levando à fixação remota de um pequeno grupo humano.

Pelo menos desde o Século XVIII, há registo da existência de uma barca em Amieiro, que fazia a travessia do rio Tua entre a paróquia de S. Lourenço de Pombal, na margem esquerda do Tua, e a de Santa Luzia, na povoação de Amieiro. Pela sua exploração, o arrematante (barqueiro) pagava então direitos anuais ao município de Carrazeda de Ansiães, figurando nas suas fontes de receita. No concelho, a partir de Foz-Tua, havia também, em 1792, barcas nesta localidade e em Riba-Tua (termo de S. Mamede). Só mais tarde constaria também a de Brunheda. Todavia, estou plenamente convencido de que a existência deste meio de travessia do rio remonta a um passado bem mais longínquo do que aquele acerca do qual já há registos. Talvez até anterior à Idade Média, uma vez que toda aquela zona era, principalmente na margem esquerda, a montante da Quinta do Barrabás e imediações, muito dinâmica em termos económicos, como tive ocasião de expandir no último livro publicado sobre a nossa freguesia.

Tratava-se sobretudo de pequenas barcas (barcaças), usadas para deslocações de passageiros e pouca carga (produtos e máquinas agrícolas, e animais), estando o seu uso condicionado ao estado do leito tumultuoso do rio, principalmente em alturas de cheias e de longa invernia. Posteriormente, as barcaças, rasas e quadradas, foram substituídas por um barco (tipo rabelo), mais adequado e seguro. Foi esse modelo que eu conheci. De facto, barca (mais barcaça) apenas vi ainda uma em uso na travessia do rio em S. Lourenço, que dava serventia à povoação de Franzilhal e às termas, num e noutro sentido, portanto.

De qualquer modo, era através deste tipo de transporte que a população de Amieiro, pagando a um barqueiro, que arrematava anualmente o serviço, ou uma avença à junta,

calculada conforme a frequência e a carga a deslocar, acedia às propriedades que possuía na margem esquerda e, desde os finais do século XIX, à estação de caminho-de-ferro, que utilizava para sair para qualquer lado, muito mais facilmente do que o fazia pela sede do concelho, Alijó, para onde só no princípio da década de 1970 houve estrada. Até então, as deslocações a esta vila faziam-se, com todos os inconvenientes da distância, do acidentado relevo e do fraco traçado do caminho, a pé ou a cavalo.

Na década de 1960, em tempo calmo de Verão, passei algumas vezes neste pequeno barco, que se deslocava suavemente entre as duas margens num percurso ligeiramente enviesado, apoiada num cabo de aço, fixo nas duas extremidades e orientado precisamente no percurso traçado, sob a experiente condução do timão do barqueiro. Atendendo ao necessário acesso à margem esquerda, este serviço revestia-se de uma importância vital para a população de Amieiro.

Posteriormente, a travessia do rio tornou-se mais simplificada com a construção de um rudimentar teleférico, a que ouvi chamar “guinda”, talvez por se assemelhar a um guindaste na sua função de içar algo acima do solo.

Este teleférico artesanal, inaugurado em 21 de Maio de 1962, foi inventado pelo sr. Amândio Maria Teixeira Pinto e concebido a partir do sistema que permitia a passagem do correio em tempos de cheias do rio Tua. O projecto foi mandado fazer pela Junta de Freguesia e aprovado pela 1.ª Direcção Hidráulica do Douro Sul, sob o registo n.º 859, datado de 11-09-1964. Após o período de legalização e experimentação, começou a operar desde 8 de Setembro de 1964 e por ele passaram diariamente cerca de 40 pessoas, colheitas agrícolas e animais, até ao dia 8 de Setembro de 1985. Permitiu, assim, que os ferroviários fossem sempre trabalhar, que a azeitona passasse da margem esquerda para a direita, sem se estragar por ter que esperar dentro dos sacos que o leito do rio descesse, ou ainda que as pessoas pudessem deslocar-se pela margem esquerda, de comboio.

Basicamente o teleférico consistia numa caixa cúbica, feita de madeira e metal (1,5 m. x 2 m x 2 m.), com quatro rodas na parte superior que rolavam em dois cabos de aço presos nas duas margens do rio. Ao centro existia um terceiro cabo, que as pessoas puxavam para se fazerem transportar. A travessia era feita com a ajuda e vigilância do barqueiro. (Jornal de Notícias: 23-02-1985).

No entanto, desde sempre, o anseio das populações de Amieiro era poder usufruir de uma ponte segura entre as duas margens do rio, o mesmo é dizer entre os dois concelhos: Alijó e Carrazeda. Com o caminho-de-ferro e, posteriormente, com a abertura do Complexo Agro-industrial do Cachão, eram muitas as pessoas que, a partir da Estação de Santa Luzia, se deslocavam para trabalhar na própria CP e naquela unidade industrial, efectuar compras e ir a consultas médicas a Mirandela, pagar obrigações fiscais a Carrazeda, fazer viagens pela Linha do Douro, etc. Utilizavam também o telégrafo da estação para chamar o médico, cuja deslocação ficava sujeita aos mesmos inconvenientes para chegar a quem dele necessitava.

Não estavam tão preocupados alguns dos seus vizinhos de Pombal que, aqui para nós, recebiam que uma deslocação mais fácil da população do outro lado, por uma vasta e longínqua área, de difícil controle a partir da sua povoação, incentivasse e facilitasse furtos de azeitona e de outros bens das suas propriedades, embora as razões de queixa não parecessem dar-lhes muita razão. Havia, pelo contrário, outros que viam numa maior frequência de pessoas, pelas terras circundantes, mais segurança e eventual ajuda ou apoio, já que os habitantes de ambas as povoações se davam bem e respeitavam mutuamente.

Um passo importante para quebrar o ancestral isolamento da povoação de Amieiro e satisfazer o grande anseio das suas gentes, foi dado, em 1985, com a construção de uma ponte metálica, de 77 metros de comprimento, erigida ao lado das infra-estruturas que sustentavam o rudimentar e acanhado teleférico.

Tal frágil construção, constituída por dois vãos metálicos – um de 50 metros e outro de 27 – assentava em dois pilares circulares de betão, localizados unicamente na margem esquerda. Resultando de um encontro de vontades, a ponte foi construída pelo empreiteiro de Alijó, António Carneiro, e pela empresa Metalomecânica de Amarante. Terá custado então mais de 31 mil contos, contribuindo o benemérito e natural da terra, José Maria Teixeira da Rocha, com 25 mil contos e a Câmara Municipal de Alijó com os restantes 6 mil contos.

Esta ponte, suportando a deslocação de viaturas até 20 toneladas de peso, ficava situada num nível inferior ao da linha férrea e da estação ferroviária de Santa Luzia, dando serventia por estrada, à povoação de Amieiro, na margem direita, e à estação ferroviária de Santa Luzia, à Quinta do Barrabás e às terras e povoações situadas na margem esquerda. Parecia assim concretizar-se um sonho de gerações.

No entanto, a ponte veio a ruir na manhã do dia 27 de Dezembro de 2002. Chuvas persistentes, correntes fortes e a

subida de nível do rio, transportando as águas demasiada matéria consigo, resultante do arrastamento de detritos das margens, fizeram deslocar o tabuleiro metálico para cerca de 70 metros a jusante. Ficaram apenas de pé os pilares, sublinhando a violência das águas sobre a estrutura metálica que neles se apoiava.

Para explicar o derrube da estrutura metálica, em bloco, foram apontadas várias causas que, ao que parece, actuaram de forma conjugada: abertura descontrolada das comportas da ponte-açude de Mirandela, deficiência da infra-estrutura de suporte do tabuleiro metálico, e acumulação exagerada de detritos ao longo do rio, atirados com violência pela água contra a estrutura metálica.

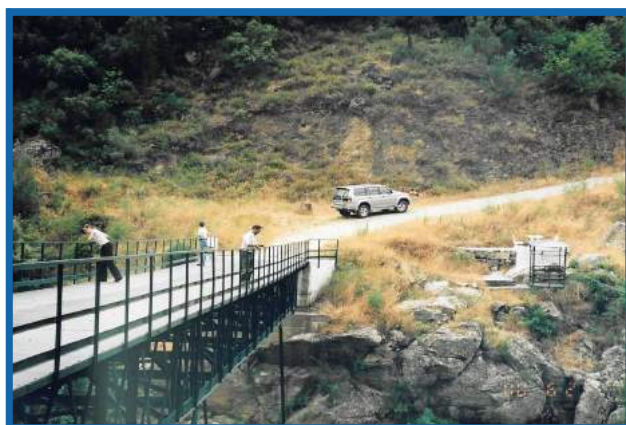
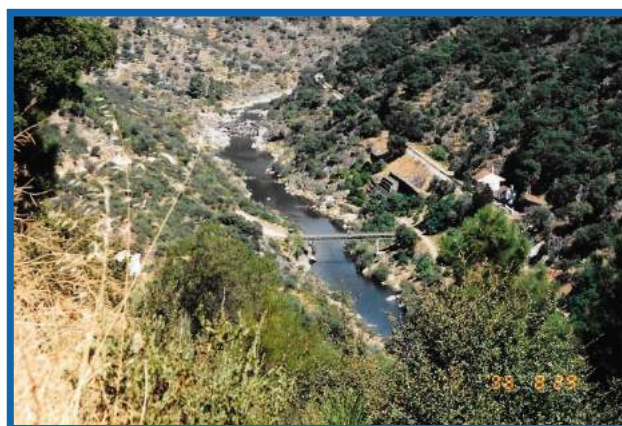
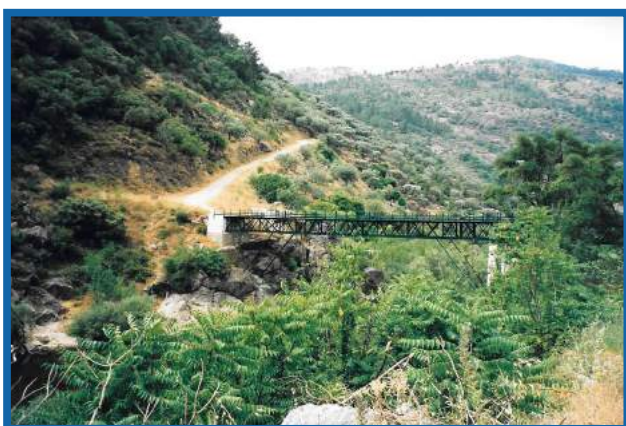
Ora, como não foi possível instalar uma outra estrutura metálica militar, nem uma outra em betão, em tão amplo vão, o Amieiro ficou privado de uma ligação deste tipo até ao presente. Entretanto, por queixa da autarquia local, foram instaurados na justiça autos com vista ao apuramento de responsabilidades por todos os agentes que podem ter contribuído para o colapso da ponte.

Por sua vez, os cabos do velho teleférico já não aguentariam com o seu restabelecimento e tal solução não se apresentou com agrado às populações.

Entretanto, a construção da barragem em Foz-Tua veio dar ao problema outra amplitude, já que a albufeira submergiria as desactivadas linha férrea e estação, localizadas na margem esquerda.

Por tudo isto, a falta de transportes constitui ainda hoje a principal queixa da escassa população de Amieiro. Por seu lado, a ligação por caminho de carro com a margem esquerda é possível, mas complicada e morosa, já que tem que ser feita por Foz-Tua ou Brunheda.

Espero, com curiosidade, para ver se e como a albufeira da barragem vai beneficiar e facilitar a deslocação de pessoas e bens entre as duas margens do rio Tua..







## Cative-se!

*Nuno Magalhães*

Muito se tem falado do grande “milagre” do défice português no ano de 2016. Tanto em Portugal, como no estrangeiro, muitos têm sido os analistas e académicos que procuram explicar o histórico valor do défice das contas portuguesas: 2% do PIB. Uma verdadeira conquista para o Governo Português, com especial destaque para o “Ronaldo das Finanças”, Mário Centeno. Contudo, outro valor histórico da democracia portuguesa está por trás do drible do défice, os 942,7 milhões de euros de cativações, no ano de 2016, e que permitiram a Centeno marcar o golo do défice. Este valor, mais do dobro do prometido à União Europeia, funcionou como uma ferramenta de gestão do défice. Mas a pergunta que fica é: não estará Centeno fora-de-jogo no que toca à explicação do défice?

Antes de continuarmos, é necessário explicar o que significa isto das cativações. Anualmente, através do Orçamento, o Governo pede autorização aos deputados para realizar determinado nível de despesa, nas mais diversas áreas, Ministérios, medidas e programas. No entanto, com este mecanismo, uma determinada percentagem desse orçamento fica congelado e sujeito a autorização do Ministro das Finanças para que possa ser utilizado. Ou seja, o valor inscrito no Orçamento de Estado (OE), não representa o montante real de despesa autorizada a contrair, uma vez que, parte desse orçamento, se encontra cativo e sujeito a autorização para poder ser utilizado. Este mecanismo é uma potente arma, nas mãos do Ministro da Finanças, para reduzir, artificialmente, a despesa do Estado e, assim, controlar o total do défice público. No ano de 2016, o valor das cativações foi perto de 1.000 milhões de euros, o que significa que cerca de 1.000 milhões de euros do Orçamento de Estado ficaram nas mãos de Mário Centeno, não podendo ser utilizado sem o seu consentimento. É claro que, um corte desta ordem, tem um significativo impacto nas contas públicas portuguesas e, uma vez que não é gasto, representa um controlo da despesa das contas públicas. Porém, congelar parte do orçamento tem consequências para a administração pública e serviços públicos, uma vez que estão limitados na sua atuação e dependentes de um orçamento muito mais reduzido que aquele inscrito no OE. Podemos dizer que neste novo tempo apareceu, também, a nova austeridade.

Como seria de esperar, cativar o orçamento dos serviços públicos gera instabilidade no funcionamento dos

mesmos, conduzindo a uma redução forçada da despesa e, consequentemente, a uma redução da qualidade dos serviços. Estas restrições orçamentais foram transversais, afetando, até, a área da Saúde, onde se confirmou a cativação de 79,1 milhões de euros. Embora a nossa lei não permita cativações no Serviço Nacional de Saúde, foram de conhecimento público os cortes na renovação de stocks de medicamentos e equipamentos. Estas restrições fizeram que muitos hospitais não tivessem os materiais necessários para providenciar o melhor tratamento aos seus pacientes, o que constitui uma falha do Serviço Nacional de Saúde, provocada pela má gestão de Mário Centeno e António Costa.

O recurso a este mecanismo é uma decisão exclusivamente política do Governo. A preocupação em utilizar todos os mecanismos necessários para controlar a despesa pública demonstra-nos que a estratégia da Geringonça não está a funcionar e o tal “motor económico” do consumo interno não se confirma, num efetivo equilíbrio do orçamento. A necessidade de alcançar os números do défice, mais do que uma prioridade para o País, demonstrou-se uma prioridade para a manutenção da estratégia do Partido Socialista, que claudica com o passar do tempo. Não podemos introduzir um dos maiores números de cativações da democracia portuguesa e pensar que estas não terão impacto nos serviços públicos. A realidade demonstra-nos precisamente isso: os serviços públicos enfrentam uma das maiores crises de sempre. A falta de meios (humanos e técnicos), os sucessivos atrasos e falhas, o aumento das dívidas a fornecedores, as limitações na contração de despesa verificam-se a olhos vistos e parecem seguir uma trajetória crescente. Tal como não se pode fazer omeletes sem ovos, também os serviços não podem funcionar sem o respetivo apoio financeiro.

Assim, tomou-se a decisão política de parecer em vez de ser. Novamente, parece que está tudo bem e que o país recupera a olhos vistos, no entanto, a análise das contas públicas, da gestão do Orçamento e da Administração Pública demonstra que alguém terá de pagar a fatura do Ronaldo das Finanças. E, esta dita “conquista histórica”, está, aos poucos, a sair-nos bem cara. Porque, no final do dia, quem paga, sempre, a fatura somos nós: os Portugueses!





## A Literatura Portuguesa

*Rita Monteiro*

A literatura portuguesa é provavelmente uma das mais ricas e mais antigas do mundo e abrange as obras que são escritas em Português e por autores portugueses. Desde o século XII até aos dias de hoje, são incontáveis o número de escritos artísticos. Nomes como Luís de Camões, Eça de Queiroz, Fernando Pessoa e José Saramago são conhecidos de quase todos os portugueses, sendo também lidos e apreciados além-fronteiras.

Mas voltando ao início, os registos mais antigos da nossa literatura datam do século XII e são composições em verso denominadas de poesia trovadoresca que abrangiam as cantigas de amor, de amigo e de escárnio e maldizer. Seguidamente, surgiram os livros de linhagens que consistiam em registos genealógicos das famílias do reino. Já no século XIII surgiram os romances de cavalaria, dos quais se destaca o Amadis de Gaula.

A primeira metade do século XV iria revelar-se pouco propícia à produção literária, devido a acontecimentos como as guerras com Castela, a instabilidade económica e as primeiras viagens dos Descobrimentos. Na segunda metade do século, a prosa ganha dimensão, especialmente através da prosa didática dos príncipes de Avis e da prosa narrativa dos cronistas do reino, onde se destacam as crónicas de Fernão Lopes.

O século XVI iria ficar marcado como sendo o primeiro período do Clássico. Os nomes mais relevantes desta época são Gil Vicente, que é visto por muitos como sendo o verdadeiro criador do teatro português, e Luís de Camões, o autor da epopeia Os Lusíadas e o expoente máximo do lirismo quinhentista.

O século XVII caracterizou-se pelo empobrecimento da literatura relativamente ao século anterior. A poesia tornou-se num “mero passatempo de salão”, deixando de exprimir os sentimentos mais profundos do poeta. Contudo, a prosa tornou-se mais expressiva, sendo disto exemplo as obras do padre António Vieira.

O século XVIII constituiu o terceiro período clássico. Durante esta época, a Ciência encontrava-se

no centro das preocupações intelectuais e existia uma vontade de renovar os temas e o estilo de escrita. Com especial enfoque na poesia, houve três correntes distintas: os Arcades, os Poetas Dissidentes e os Percursos do Romantismo.

No século XIX, surgiria o Romantismo, caracterizado pelo subjetivismo, pelo individualismo e pelo sentimentalismo exagerado. Já na segunda metade do século XIX, surgiria o Realismo, por oposição ao Romantismo. No Realismo surgiu, pela primeira vez, a preocupação com os problemas de ordem social, contrariamente ao que acontecia no Romantismo, em que se assistia a um total alheamento relativamente a estes mesmos problemas.

No século XX manter-se-iam algumas tendências do século anterior como o tradicionalismo, o nacionalismo e o saudosismo. Pela mão dos que contribuíam para a revista Orfeu, como é o caso de Fernando Pessoa, apareceria o Modernismo. Por volta da Segunda Guerra Mundial, iria surgir o neo-Realismo, em que os indivíduos mais desprezados social e economicamente assumiam o papel central. Foi também neste século que as mulheres começaram a assumir importância na literatura, destacando-se nomes como Florbela Espanca, Sofia de Melo Breyner Andresen e Agustina Bessa Luís.

Por fim, gostaria de destacar que os autores transmontanos deram também um enorme contributo para a literatura portuguesa, destacando-se Guerra Junqueiro, Trindade Coelho e Miguel Torga, naturais de Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro e Sabrosa, respetivamente.





## Poder local... Que futuro?

*José Alberto Gonçalves*

Uma primeira consideração que julgo pertinente tem que ver com a própria ideia do poder local, isto é, com o que justifica que o poder local não se resuma a uma problemática menor, a um exemplo do funcionamento do poder em pequena escala.

Para além dos argumentos em torno da sua importância no contexto democrático, aliás facilmente demonstráveis através de um vasto conjunto de pesquisas realizadas por vários cientistas sociais, julgo ser este poder local ao qual me refiro, um dos veículos privilegiados da compreensão do fenómeno político na sua complexidade, nomeadamente se nos debruçarmos numa noção de poder enquanto algo construído no quadro das relações sociais entre agentes, noção de resto próxima das formulações clássicas de Max Weber ou de Michel Foucault.

Estão então lançadas as bases daquilo que será a primeira interrogação... O que deverá ser o poder local? como perspectivá-lo? A resposta que aqui proponho, parte de um conceito que encontrei numa pesquisa de apresentação das teorias do poder, que são as 'grandes figuras do poder' (Russ, 1994).

Assim, de acordo com esta autora, temos grandes figuras, como o poder do Estado (figura maior do poder), os poderes das classes, grupos sociais ou das elites, e ainda outros poderes de influência, como o da Igreja ou o dos meios de comunicação. Ao entrarmos no âmbito do poder local, rapidamente nos deparamos com um total relacionamento entre o poder autárquico e uma rede de

poderes difusos, que se posicionam diferentemente perante o poder autárquico e, de acordo com os atributos que lhes são próprios, podem disputar com ele a capacidade de decisão.

A minha interpretação da forma como se configuram estes poderes vai no sentido de distinguir os poderes difusos mais 'organizados', como será o caso de diversos grupos locais e mesmo de algumas elites e, por outro lado, um poder difuso mais próximo do quotidiano social, das relações que envolvem estratégias mais ou menos conscientes de apropriação e utilização desse poder, que não é o poder político ou económico reconhecido pelo senso comum, mas mais um poder de classificar, ver e fazer ver o mundo.

Uma visão mais específica e "localizada" do presidente da câmara é, que a experiência da gestão autárquica, no decurso das diferentes fases pelas quais tem passado o poder local desde o ano de 1974, introduziu mudanças significativas no perfil do presidente da câmara.

De agente predominantemente político tem vindo a transformar-se sobretudo num "gestor". Como resultado desta tendência, aumenta a necessidade em termos de formação nesta área, do pessoal que compõe, ou poderá vir a compor a administração autárquica, que não só passa pela câmara municipal como também pelas juntas de freguesia.



**Colaborar & Realizar**  
ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO AGRICULTOR

- ☒ Projectos Agrícolas / Investimento
- ☒ Contabilidade
  - ☒ - Organizada
  - ☒ - Simplificada
- ☒ IRS
- ☒ Sala de Parcelário
- ☒ Pedido Único / Subsídios Agrícolas
- ☒ Licenciamentos
- ☒ Globalgap
- ☒ Serviços de Apoio Técnico
- ☒ Análises de Água, Solo e Foliagens
- ☒ Outros Serviços

Em Carrazeda de Ansiães, no largo do toural (junto ao depósito de água)  
Telf. 938199258



**InfoPrint**  
Informática e Publicidade

Assistência Técnica, Material e Suporte Informático  
Centro de Cópias, Design Gráfico & Publicidade  
Sistemas de faturação

☎ 278 099 116 - 938 724 712  
✉ [infoprint.crz@gmail.com](mailto:infoprint.crz@gmail.com)  
f [infoprintcarrazeda](https://www.facebook.com/infoprintcarrazeda)  
📍 Praça D. Lopo Vaz de Sampaio nº50 R/C  
Carrazeda de Ansiães



## Projeto do Côa sem mais margem para falhar

*Eduardo Pinto*

Nova administração tem de pôr as gravuras a contribuir para o desenvolvimento regional. Ministro da Cultura visitou as gravuras do Côa pela primeira vez, na companhia do novo administrador, Bruno Navarro, guiados pelo anterior diretor do Parque, António Martinho Batista.

“É desta!” A convicção desta exclamação, durante a tomada de posse da nova administração da Fundação Côa Parque, vai continuar a ecoar nos próximos tempos. Não há mais margem de erro para tornar o Parque Arqueológico e o Museu do Côa numa âncora de desenvolvimento da região em que estão inseridos.

Foi a secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Maria Fernanda Rollo, que o disse. “É desta!” Porque 21 anos após a criação do parque arqueológico, 20 anos de património nacional que se completaram no passado dia 2, quase outros tantos de património mundial e sete de museu, o Côa tem tanto de certezas como de interrogações. Tem andado sempre aos tropeções nas vontades de Lisboa, com quedas de recuperação lenta.

Desde a resolução do Conselho de Ministros de novembro de 2016 começaram a soprar no Côa ventos de esperança, baseada, nomeadamente, no pagamento das dívidas da Fundação e na mudança dos estatutos. Agora, depois de um quase vazio diretivo de três anos, parque e museu têm finalmente nova administração, liderada por Bruno Navarro.

O ministro da Cultura, Luís Castro Mendes, espera que “muito em breve se façam sentir os efeitos da nova gestão, virada para o desenvolvimento da região”. E Bruno Navarro está bem ciente dos desafios que tem pela frente, para “fazer renascer a Fundação” depois de um período “dramático de abandono político e agonia financeira, que ameaçava comprometer a natureza da sua missão e a sua própria viabilidade institucional”.

O ministro considerou “urgente” a salvaguarda dos testemunhos arqueológicos e artísticos. Por isso, anunciou que uma equipa técnica da Direção Geral do Património Cultural vai deslocar-se ao Museu e ao Parque do Côa para “avaliar as consequências do ato de vandalismo”, que dois indivíduos de Torre de Moncorvo confessaram ter cometido sobre uma rocha com gravuras, no dia 25 de abril deste ano. A comissão vai “estudar

eventuais medidas de conservação e restauro” e propor “medidas preventivas tendentes a evitar a ocorrência de casos semelhantes”.

O novo conselho diretivo está a delinear um “ambicioso programa de ação de médio e longo prazo”. Porém, nota Bruno Navarro, a “situação crítica” a que chegou a Fundação impõe que se acuda “com firmeza, prontidão e eficácia a um conjunto de emergências”, que tem “gerado intranquilidade pública e condicionado o regular funcionamento dos serviços”.

Desde segunda-feira que há reuniões com os trabalhadores e vai ser constituído um grupo de trabalho interno para apresentar um diagnóstico detalhado das necessidades mais urgentes. “Estamos convictos de que estão criadas as condições necessárias ao relançamento do Côa, como projeto bem-sucedido de coesão e desenvolvimento”, frisou Navarro.

Depois da reforma de António Martinho Baptista, o novo diretor do Parque Arqueológico e do Museu do Côa vai ser escolhido por concurso público internacional. Até lá, será nomeado um responsável interino. Por seu lado, o autarca de Foz Côa desafiou o ministro da Cultura a realizar lá a conferência de abertura do Ano Internacional do Património Cultural, em 2018. O ministro recebeu-o “com muita simpatia”, mas não prometeu.

### CARTÓRIO NOTORIAL ALAMEDA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

NÚMERO

MACEDO DE CAVALEIROS

Notária Lic. Ana Maria Gomes dos Santos Reis

----Certifico para efeitos de publicação que por escritura lavrada neste Cartório Notarial no dia vinte e sete de Junho de dois mil e dezassete, no livro de notas trezentos e vinte e um traço A com início a folhas quarenta e quatro JAIME JOAQUIM ALEIXO (N.I.F. 108 340 368) e mulher MARIA DA CONCEIÇÃO DE SOUSA (N.I.F. 108 340 376) casados sob o regime da comunhão geral, ambos naturais da freguesia de Beira Grande, concelho de Carrizada de Ansiães, residentes na Rua Dr. Sidónio Pais, nº11, rés do chão, direito, em Odivelas, declararam que com exclusão de outrem são donos e legítimos possuidores do seguinte prédio:-----

----Prédio rústico com posto de terra que produz batatas e pastagem, com a área de quatrocentos e vinte e cinco metros quadrados, sito no lugar “Sobredo”, da União de freguesias de Lavandeira, Beira Grande e Selores, concelho de Carrizada de Ansiães, inscrito na matriz sob o artigo 2.042, anteriormente inscrito na matriz sob o artigo 1.092 da freguesia de Beira Grande (extinta), com o valor patrimonial de 5.24€, a que atribuem igual valor, a confrontar de norte com Caminho, de sul com Manuel do Nascimento Constante, de nascente com Maria Luísa Lopes, e de poente com José Fiel Araújo, omissos na Conservatória do Registo Predial de Carrizada de Ansiães.-----

----O referido prédio veio à posse e domínio dos justificantes, por compra verbal a José Vaz, viúvo, já falecido, que foi residente em Beira Grande, Carrizada de Ansiães, aquisição que ocorreu por volta de ano mil e novecentos e noventa, não tendo sido formalizada por documento autêntico a referida aquisição.-----

----Que desde então, portanto há mais de vinte anos, têm possuído o referido prédio, em nome próprio, retirando as utilidades pelo mesmo proporcionadas, cultivando-o e colhendo os frutos, com o ânimo de quem exerce direito próprio, sendo reconhecidos como seus donos por toda a gente, fazendo-o de boa-fé, por ignorarem lesar direito alheio, pacificamente porque sem violência, continua e publicamente, à vista e com o conhecimento de toda a gente e sem oposição de ninguém.-----

----Que dadas as características de tal posse, os justificantes adquiriram o prédio referido por usucapião, título esse que pela natureza, não é suscetível de ser comprovado pelos meios extrajudiciais normais.

----Está conforme o original. Macedo de Cavaleiros vinte e sete de Junho de dois mil e dezassete. A Notária

Ana Maria Gomes dos Santos Reis

Conta registada sob o número





## Balanço de meio ano justifica reabertura de tribunais

**Eduardo Pinto**

Mais de quatro mil pessoas intervieram em julgamentos, que decorreram em 673 audiências, nos tribunais que reabriram em todo o país, no início deste ano, como juízos de proximidade.

Desde a reabertura, em 4 de janeiro de 2017, Vimioso com 30, Vinhais com 24 e Boticas com 21, foram os concelhos de Trás-os-Montes e Alto Douro onde foram realizados mais julgamentos. Seguem-se Carraceda de Ansiães e Mondim de Basto com 20, São João da Pesqueira com 18 e Sabrosa com 11. Todos os outros registaram menos de 10 julgamentos em seis meses: Mesão Frio (9), Murça (7), Armamar (5), Tabuaço (4) e Alfândega da Fé (2).

Em termos de atendimentos presenciais, o juízo de proximidade de Carraceda de Ansiães lidera com 2336, seguido de Alfândega de Fé com 1942 e Mondim de Basto com 1535.

Se olharmos para o total de atos praticados, e aqui incluem-se atos no programa Cítiu, registos avulsos, emissão de registos criminais, entre outros processos, é Alfândega da Fé que leva a dianteira com 4289 atos praticados, seguido de Mesão Frio com 3728 e Vinhais com 3129.

**IRN** Instituto dos Registos e do Notariado  
Conservatória dos Registos Civil, Predial e Comercial e Cartório Notarial  
de Carraceda de Ansiães

### CERTIDÃO

Certifico, para fins de publicação, nos termos do art.º 100.º do código do notariado, que por escritura de justificação notarial, outorgada neste cartório notarial, em 22/06/2017, lavrada a partir de **folhas 76 do respetivo livro de notas número oitenta e sete C**, **Cristovão José Nunes Sil**, NIF 219 484 961, e mulher **Maria Arminda Trigo Nunes Sil**, NIF 217 769 110, casados sob o regime da comunhão de adquiridos, naturais e da freguesia e concelho de Carraceda de Ansiães, e ela da freguesia de Marzagão, concelho de Carraceda de Ansiães, onde residem em Luzelos, declararam:

-----Que, com exclusão de outrem, são donos e legítimos possuidores de um **prédio urbano** composto de casa de um piso, com a área coberta de duzentos e quarenta e seis virgula setenta metros quadrados e área descoberta de quatrocentos e setenta e nove metros quadrados, sito no Vale do Rego, Luzelos, **freguesia de Marzagão, concelho de Carraceda de Ansiães**, a confrontar a norte com António Paz, a sul com caminho, a nascente com Dário Carvalho e poente com David Pereira, ainda não descrito na Conservatória do Registo Predial de Carraceda de Ansiães, inscrito na respetiva matriz sob o artigo 350, com o valor patrimonial de €39740,00, igual ao que lhe atribuem.

-----Que, entraram na posse do referido prédio, por doação verbal, ainda *no estado de solteiros*, feita por Manuel dos Santos Trigo, que foi casado com Maria da Conceição Rodrigues e residente no dito Luzelos, já falecidos, doação essa feita em dia e mês que não podem precisar, do ano de mil novecentos e noventa e seis, e que nunca foi reduzida a escritura pública.

-----Que, deste modo não possuem título formal que lhes permita registar na aludida Conservatória do Registo Predial o identificado imóvel, todavia, desde o citado ano, data em que se operou a tradição material do mesmo, eles justificantes, já possuem, em nome e interesse próprios, o prédio em causa, tendo sempre sobre ele praticado todos os atos materiais de conservação, uso e aproveitamento, tais como, usando-o como casa de habitação própria permanente desde o ano dois mil e um e anteriormente como casa de habitação, fazendo as necessárias obras de conservação, utilizando a área descoberta como logradouro, aproveitando, assim, dele todas as suas correspondentes utilidades e pagando todas as contribuições e impostos por ele devidos, agindo sempre como seus proprietários, quer na sua fruição, quer no suporte dos seus encargos, tudo isso realizado à vista de toda a gente, sem qualquer ocultação, de forma continuada, ostensiva e ininterrupta desde o seu início, sem qualquer oposição ou obstáculo de quem quer que seja e sempre no convencimento de o fazerem em coisa própria, tendo, assim, mantido e exercido sobre o identificado prédio, durante mais de vinte anos e com o conhecimento da generalidade das pessoas vizinhas, uma posse pública, pacífica, contínua e em nome próprio, pelo que adquiriram o citado prédio por **usucapião**, que expressamente invocam para justificar o seu direito de propriedade para fins de primeira inscrição no registo predial, direito esse que pela sua própria natureza não pode ser comprovado por qualquer título formal extrajudicial.

Extraí a presente certidão de teor parcial que vai conforme o seu original, e na parte omitida nada há em contrário que amplie, restrinja, modifique ou condicione a parte transcrita.  
22.06.2017. A Conservadora,  
(Ana Paula Pinto Filipe da Costa) Conta registada sob o n.º 347.

**IRN** Instituto dos Registos e do Notariado  
Conservatória dos Registos Civil, Predial e Comercial e Cartório Notarial  
de Carraceda de Ansiães

### CERTIDÃO

Certifico, para fins de publicação, nos termos do art.º 100.º do código do notariado, que por escritura de justificação notarial, outorgada neste cartório notarial, em 23/06/2017, lavrada a partir de **folhas 78 do respetivo livro de notas número oitenta e sete C**,

**Custódio Augusto dos Ramos**, NIF 172 251 672, e mulher **Marilde de Jesus Pereira**, NIF 162 457 740, casados sob o regime da comunhão geral, naturais da freguesia de Vilarinho da Castanheira, concelho de Carraceda de Ansiães, onde residem na Rua do Olmo, declararam:

-----Que, com exclusão de outrem, são legítimos possuidores de um **prédio rústico** composto de horta e terra para trigo, que confina a norte com herdeiros de Alzemi Pereira Marcos, a sul com Artur Manuel Morgado, a nascente com herdeiros de Maria da Assunção Prilhas e a poente com Jaime Rijão, com a área de quatrocentos e quarenta metros quadrados, sito na Fontainha, **freguesia de Vilarinho da Castanheira, concelho de Carraceda de Ansiães**, inscrito na respetiva matriz sob o artigo 3937, com o valor patrimonial tributário de € 286,48, igual ao que lhe atribuem, ainda não descrito na Conservatória do Registo Predial de Carraceda de Ansiães.

-----Que, entraram na posse do indicado prédio por compra verbal feita a Frederico Morgado que foi casado com Olinda e residente no dito Vilarinho da Castanheira, já falecidos, compra essa feita em dia e mês que não sabem precisar no ano de mil novecentos e noventa, e que nunca foi reduzida a escritura pública.

-----Que, deste modo não possuem título formal que lhes permita registar na aludida Conservatória do Registo Predial o identificado imóvel, todavia, desde a citada data em que se operou a tradição material do mesmo, eles justificantes, já possuem, em nome e interesse próprios, o prédio em causa, tendo sempre sobre ele praticado todos os atos materiais de uso e aproveitamento agrícola, tais como, amanhando-o, semeando-o, cultivando-o, colhendo os produtos semeados, aproveitando, assim, dele todas as suas correspondentes utilidades, agindo sempre como seus proprietários, quer na sua fruição, quer no suporte dos seus encargos, tudo isso realizado à vista de toda a gente, sem qualquer ocultação, de forma continuada, ostensiva e ininterrupta desde o seu início, sem qualquer oposição ou obstáculo de quem quer que seja e sempre no convencimento de o fazerem em coisa própria, tendo, assim, mantido e exercido sobre o identificado prédio, durante mais de vinte anos e com o conhecimento da generalidade das pessoas vizinhas, uma posse pública, pacífica, contínua e em nome próprio, pelo que adquiriram o citado prédio rústico por **usucapião**, que expressamente invocam para justificar o seu direito de propriedade para fins de primeira inscrição no registo predial, direito esse que pela sua própria natureza não pode ser comprovado por qualquer título formal extrajudicial.

Extraí a presente certidão de teor parcial que vai conforme o seu original, e na parte omitida nada há em contrário que amplie, restrinja, modifique ou condicione a parte transcrita.  
23.06.2017. A Conservadora,  
(Ana Paula Pinto Filipe da Costa) Conta registada sob o n.º 349.



## Camiões do lixo vão poder ser movidos a biogás

*Eduardo Pinto*

Os camiões que transportam resíduos no nordeste transmontano vão poder andar, também, a biogás. Um combustível que resulta da degradação anaeróbica de matéria orgânica.

Este é o objetivo do projeto Biogasmove. Representa um investimento de 1,5 milhões de euros e está a ser implementado pela empresa Biogold, do grupo Dourogás, em parceria com a Resíduos do Nordeste, no Aterro de Urjais, em Mirandela.

O primeiro passo é a construção de uma unidade na qual são tratados os resíduos sólidos urbanos que são transportados para ali por camiões. O biogás resultante desse tratamento tem como destino o depósito daqueles veículos.

Para o presidente do Conselho de Administração do grupo Dourogás, Nuno Moreira, trata-se de um “ciclo de energia zero”, que é como quem diz, “o próprio resíduo que o camião traz é depois usado no seu motor por forma a transportá-lo”.

O responsável frisa que se trata de um projeto com “características de inovação mundial”, pois utiliza “equipamento mais sofisticado” do que outros projetos já existentes, garantindo “mais eficiência”. Neste momento, já são abastecidos alguns veículos de transporte da Resíduos do Nordeste, mas pretende-se que, no futuro, possa alargado a toda a frota.

Uma das vantagens do biogás assenta na sua versatilidade, o que faz dele um combustível flexível que pode ser utilizado para produzir energia elétrica, para injetar em redes de gás natural, para produzir calor ou como combustível automóvel.

O secretário de Estado da Energia, Jorge Seguro Sanches, valoriza este tipo de projetos por considerar que existe, para além das energias hídrica e eólica, “um conjunto de outras fontes de energia renovável que são muito relevantes e em que vale a pena apostar”. Sublinha que é assim que o país conseguirá ser “mais sustentáveis do ponto de vista ambiental e financeiro”.

Entretanto, o governante anunciou, em Vila Real, que o Operador Logístico de Mudança de

Comercializador de eletricidade e gás natural, designado de “Poupa Energia”, vai ser lançado após o verão. O objetivo é facilitar a mudança de comercializador de energia, pois vai permitir que os consumidores possam conhecer as ofertas que existem no mercado ao nível da eletricidade e do gás natural, através de uma plataforma informática ou de um ‘contact center’.



Conservatória dos Registos Civil, Predial e Comercial e Cartório Notarial de Carrazeda de Ansiães

### CERTIDÃO

Certifico, para fins de publicação, nos termos do artº. 100.º do código do notariado, que por escritura de justificação notarial, outorgada neste cartório notarial, em 06/07/2017, lavrada a partir de folhas 103 do respetivo livro de notas número oitenta e sete C.

Jorge Augusto de Seixas, NIF 120 821 745, e mulher Maria da Graça Seixas, NIF 157 888 452, casados sob o regime da comunhão de adquiridos, naturais da freguesia de Freixiel, concelho de Vila Flor, e ele da freguesia de Pinhal do Norte, concelho de Carrazeda de Ansiães, residentes na Rua do Outeiro, n.º 6, freguesia de São João de Loure e Frossos, concelho de Albergaria-a-Velha declararam:

-----Que, com exclusão de outrem, são legítimos possuidores dos seguintes bens imóveis, situados na freguesia de Pinhal do Norte, concelho de Carrazeda de Ansiães, ainda não descritos na Conservatória do Registo Predial de Carrazeda de Ansiães: -----

-----UM) **prédio urbano** composto de casa de dois pisos, destinada a habitação, que confina a norte com Elisa Sequeira, a nascente com Baltazar Castro, a sul com Manuel Pinheiro e a poente com Lino Pinheiro, com a área coberta de quarenta metros quadrados, sito na Rua da Portela, Brunheda, inscrito na respetiva matriz sob o artigo 53, com o valor patrimonial de € 5020,00, igual ao que lhe atribuem:-----

-----DOIS) **prédio urbano** composto de casa de um piso, destinada a arrecadações e arrumos, que confina a norte com Francisco, a nascente e poente com rua e a sul com Manuel Ribeiro, com a área coberta de vinte metros quadrados, sito na Rua da Portela, Brunheda, inscrito na respetiva matriz sob o artigo 55, com o valor patrimonial de € 680,00, igual ao que lhe atribuem.-----

-----Que, entraram na posse dos indicados prédios por partilha verbal por óbito de Manuel Seixas, que foi casado no regime da comunhão geral com Laurinda dos Anjos e residente na dita Brunheda, partilha essa feita em dia que não sabem precisar no ano de mil novecentos e noventa e quatro, no mês de abril, e que nunca foi reduzida a escritura pública.

-----Que, deste modo não ficaram a dispor de título formal que lhes permita registar na aludida Conservatória do Registo Predial a aquisição da propriedade dos identificados prédios, porém, desde o citado ano, data em que se operou a tradição material dos mesmos, já possuem, em nome e interesse próprios, os prédios em causa, tendo sempre sobre eles praticado todos os atos materiais de conservação, uso e aproveitamento, tais como, fazendo as necessárias obras de limpeza e conservação, a expensas suas, desde então utilizando-os como casa de férias e casa de arrumos, cuidando-os, neles guardando os seus haveres e demais pertences, aproveitando, assim, deles todas as suas correspondentes utilidades, agindo sempre como seus proprietários, quer na sua fruição, quer no suporte dos seus encargos, tudo isso realizado à vista de toda a gente, sem qualquer ocultação, de forma continuada, ostensiva e ininterrupta desde o seu início, sem qualquer oposição ou obstáculo de quem quer que seja e sempre no convencimento de o fazerem em coisa própria, tendo, assim, mantido e exercido sobre os identificados prédios, durante mais de vinte anos e com o conhecimento da generalidade das pessoas vizinhas, uma posse pública, pacífica, contínua e em nome próprio, pelo que adquiriram os citados prédios urbanos por **usucapião**, que expressamente invocam para justificar o seu direito de propriedade para fins de primeira inscrição no registo predial, direito esse que pela sua própria natureza não pode ser comprovado por qualquer título formal extrajudicial.-----

Extraí a presente certidão de teor parcial que vai conforme o seu original, e na parte omitida nada há em contrário que amplie, restrinja, modifique ou condicione a parte transcrita. 06.07.2017. A Conservadora, (Ana Paula Pinto Filipe da Costa) Conta registada sob o n.º 378.



## Douro

### Autoestrada fluvial em águas paradas

*Eduardo Pinto*

Agora que estava tudo bem encaminhado para se pôr fim ao grande condicionamento rochoso à navegabilidade do Douro, a montante e a jusante da barragem da Valeira, eis que o projeto de aprofundamento e alargamento do rio embate com estrondo na falta de financiamento comunitário, no âmbito do atual quadro Portugal 2020.

Liderada pela Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo (APDL) e com um orçamento de cerca de 59 milhões de euros, a terceira fase do Douro's Inland Waterway previa também a reabilitação das cinco eclusas, mas vai ter de esperar por luz verde num novo ciclo de ajudas europeias.

Entre os autarcas da região duriense encontrámos a conformidade do presidente da Comunidade Intermunicipal do Douro e autarca de Lamego, Francisco Lopes, que vê neste contratempo “mais uma etapa que não é vencida com sucesso”. Porém, mantém a esperança de que acabará por ser concretizado “com uma nova candidatura, a reformulação do projeto e algum esforço de lóbi do Governo e das autarquias”.

E também sentimos a “deceção de todo o tamanho” do presidente da Câmara de Carrazeda de Ansiães, José Luís Correia, que encarava o projeto com “grande expectativa”, pois o aprofundamento e alargamento do canal entre Cotas (Alijó) e a barragem da Valeira, “permitiria construir um cais comercial” em Foz-Tua, no seu concelho, que “teria forte impacto económico e turístico nesta região”.

Tanto naquele troço como entre Saião e Pocinho, no concelho de Vila Nova de Foz Côa, a via navegável tem cerca 25 metros de largura e uma profundidade limitada, com capacidade apenas para embarcações com calado até dois metros. Aprofundar e alargar o canal é essencial para dar novo impulso à navegação fluvial, tornando-a viável 24 horas por dia e permitindo o transporte simultâneo de mercadorias e de turistas.

Fica, portanto, em águas paradas a criação de uma autêntica autoestrada fluvial. Uma via segura, com boas rotas de navegação comercial, ao nível das melhores autoestradas fluviais da Europa. Objetivo do Douro's Inland Waterway, projeto de 75 milhões de euros da APDL que só teve sucesso nas duas primeiras fases, que visaram o reforço da segurança e modernização do sistema de informação.

#### DETALHES:

\*A Via Navegável do Douro foi inaugurada em toda a sua extensão em 1990. São 210 quilómetros desde Barca d'Alva até ao Porto.

\*A Terceira e última fase do projeto Douro's Inland Waterway 2020, tinha um orçamento de cerca de 59 milhões de euros, mas a candidatura a financiamento comunitário não foi aprovada por Bruxelas.

\*O Douro's Inland Waterway é um projeto de 75 milhões de euros da Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo (APDL) que pretende transformar a Via Navegável do Douro numa via segura, com boas rotas de navegação comercial, ao nível das melhores autoestradas fluviais da Europa.

#### Obras adiadas:

\*Reabilitação das cinco eclusas do rio Douro, para tornar o sistema mais rápido e ágil e assim permitir mais passagens. Era necessária uma verba de 21,6 milhões de euros.

\*O aprofundamento e alargamento do canal pretendia dar novo impulso à navegação fluvial, tornando-a viável 24 horas por dia, permitindo a operação em simultâneo do transporte de mercadorias e de turistas. Também visava aumentar a capacidade de calado das embarcações, aumentar o grau de segurança no tráfego, bem como possibilitar uma maior fluidez, uma vez que seria possível o cruzamento de embarcações onde de momento está interdito.

\*Uma das grandes obras estruturais contempladas no projeto adiado é a correção do canal navegável nos troços entre Cotas (Alijó) e Valeira (entre Carrazeda de Ansiães e São João da Pesqueira), com continuação entre Saião e Pocinho, no concelho de Vila Nova de Foz Côa. Em ambos os troços, a via navegável tem cerca 25 metros de largura e uma profundidade limitada, com capacidade apenas para embarcações com calado até dois metros. Ao todo são cerca de 24 quilómetros de extensão que incluem os maiores constrangimentos no canal de navegação, devido à grande quantidade de rochas. Previa um investimento de 33,8 milhões de euros.

\*As candidaturas da primeira e segunda fases já foram concretizadas ou estão em vias de o ser: uma de cerca de 2,7 milhões de euros para implementação do sistema de informação RIS (River Information System) e outra, de 10 milhões de euros, para melhorar as condições de acessibilidade do Douro entre o estuário na foz e a barragem de Crestuma-Lever.





## Vale do Côa

### Gravuras sem gestão nem proteção à mercê de sanção

Peritos consideram a situação grave. UNESCO pode ser chamada a avaliar condições de conservação do bem

*Eduardo Pinto*

O Vale do Côa tem vindo a acumular carências a cada ano que passa. Mas nunca esteve tão despido como agora. Tarda em ser nomeada a nova administração da Fundação Côa-Parque, o mesmo acontece em relação à direção do parque arqueológico e do museu, e não há vigilantes nos núcleos de gravuras, o que as deixa à mercê de atos de vandalismo. Por isso, sobram incertezas sobre a capacidade de o país manter intacto o estatuto de Património Mundial que a UNESCO lhe conferiu em dezembro de 1998.

O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS-Portugal) enviou um relatório para o ICOMOS Internacional para que avalie a necessidade de uma perícia da situação por parte da UNESCO, que já remeteu a solução para o Ministério da Cultura de Portugal.

A presidente do ICOMOS-Portugal, Maria Ramalho, justifica a medida com a situação “grave”, que resulta do somatório de vários episódios: “Ainda não saíram os estatutos da Fundação, o diretor do parque aposentou-se e não foi substituído, falta um plano de gestão e não há pessoas no terreno a vigiar”. “É um acumular de elementos que exige medidas urgentes”, acentua.

“Se a UNESCO vier fazer uma avaliação no terreno será realmente muito desprestigiante para o país”, avisa, por seu lado, o arqueólogo João Zilhão, que foi diretor do parque nos anos de 1990, considerando que deve ser o Estado a pedir à UNESCO que se desloque ao terreno, para avaliar a situação. Se não o fizer, “terá de ser outro organismo a fazê-lo”, sublinha.

O ministro da Cultura, Luís Filipe Castro Mendes, disse, no parlamento, na semana passada, que a proteção das gravuras do Côa deverá passar pela instalação de um sistema de videovigilância e por um maior envolvimento da comunidade local.

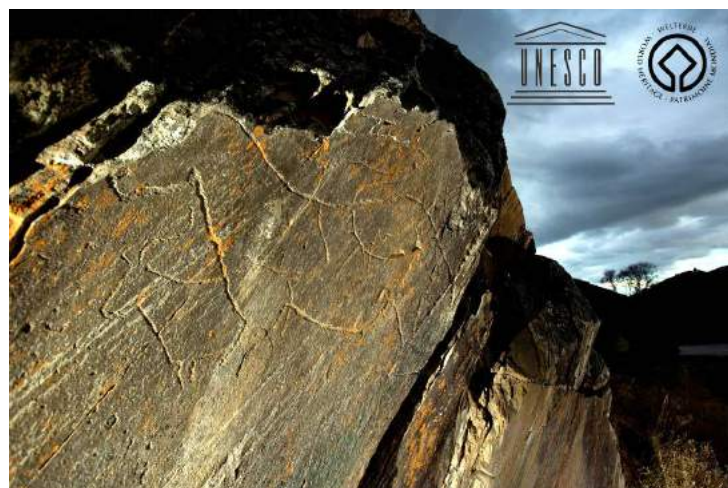
Porém, José Arnaud, presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses, defende que “a vigilância física é uma componente essencial do projeto do Côa” e que “é uma obrigação do Estado”, até para “dar emprego a uma região altamente deprimida”.

Por sua vez, André Santos, da Comissão de Trabalhadores da Fundação Côa-Parque, sublinha que “a vigilância passou de 15 para seis guardas, quatro deles no

museu, e dois no exterior”, e acentua que “em 17 anos nunca houve vandalismo”.

Aquelas entidades ligadas ao património e à comissão de trabalhadores da Fundação Côa Parque foram ouvidas, no dia 14 de junho, na Assembleia da República, em sessão requerida pelo PCP, por causa da situação de incerteza na Fundação e na sequência do ato de vandalismo cometido, no passado mês abril, sobre a “Rocha 2 de Piscos”.

Em maio foram identificados e constituídos arguidos dois homens de Torre de Moncorvo, que confessaram ter desenhado uma bicicleta, um humano esquemático e a palavra 'BIK' diretamente sobre o painel sobre o qual está o famoso “Homem de Piscos”, considerada a mais notável das representações antropomórficas paleolíticas identificadas no Vale do Côa, feita há cerca de 15 mil anos.





## “Devia haver mais prevenção baseada nos estudos existentes”

**Eduardo Pinto**

O investigador da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), José Aranha, é perentório: “Tal como os nadadores-salvadores se colocam nas praias para que as pessoas não morram afogadas, o dispositivo de combate a incêndios deve antecipar-se na distribuição geográfica dos meios, consoante os avisos de perigo”.

O especialista em matéria de incêndios admite que o que aconteceu em Pedrógão Grande foi “atípico”, mas, ainda assim, a resposta dos meios de proteção “não foi adequada à dimensão do fogo”. Isto porque, sublinha, “há uma cadeia de comando extremamente hierarquizada e lenta”.

José Aranha frisa que “deviam tomar-se medidas preventivas baseadas nos muitos estudos e resultados que já existem”. Porém, muitas das vezes, “infelizmente, só servem para ilustrar relatórios”. “Temos a informação georreferenciada, temos os

sistemas de informação geográfica aplicados à gestão do território, temos pessoas a trabalhar nas várias áreas e a basearem os seus estudos nessa informação, mas depois é inconsequente”, explica.

Realça também que por mais que os engenheiros florestais digam como deve ser realizado o ordenamento do território, por onde devem começar a ser executadas as limpezas, quais são as áreas mais problemáticas e onde é preciso fazer prevenção, “infelizmente, isso não se verifica”.

José Aranha sublinha que “devia ser compensado o investimento que é preciso fazer para manter limpa uma floresta”. Contabilizada o custo por hectare “entre 750 a 1500 euros” e realça que “é preciso limpar, pelo menos, a cada cinco anos”. Ora, se aquilo que se tira da mata não gerar rendimento, muitas pessoas não têm possibilidades económicas para fazer a limpeza e abandonam os territórios”.

**Conservatória dos Registos Civil, Predial e Comercial e Cartório Notarial de Carrazeda de Ansiães**

**CERTIDÃO**

Certifico, para fins de publicação, nos termos do art. 100.º do código do notariado, que por escritura de justificação notarial, outorgada neste cartório notarial, em 07/07/2017, lavrada a partir de folhas 106 do respectivo livro de notas número oitenta e sete C, Humberto Augusta Costa, NIF 169 566 820, e mulher Zélia da Conceição Moraes Costa, NIF 169 566 811, casados sob o regime da comunhão de adquiridos, matris e de freguesia de Pereira, concelho de Miranda, e ela da freguesia de Lavandeira, Beira Grande e Selores, concelho de Carrazeda de Ansiães, residentes na Rua da Tapada, Lavandeira, freguesia de Lavandeira, Beira Grande e Selores, concelho de Carrazeda de Ansiães, declaram:

Que, com exclusão de outrem, são possuidores dos bens imóveis, situados na freguesia de Lavandeira, Beira Grande e Selores, concelho de Carrazeda de Ansiães:

**(extinta freguesia de Lavandeira)**

Verba n.º 1

**Natureza:** rústica  
**Composição:** pinhal com sobreiros  
**Confinantes:** António Santos Mesquita (Norte); António Santos Reis (Sul); António Novais (Nascente); Cesar Santos Mesquita (Poente)  
**Situação:** fát  
**Artigo Matricial:** 1355 (anteriormente inscrito sob o artigo 379 da extinta freguesia de Lavandeira)  
**Área:** 1140 metros quadrados  
**Valor Patrimonial tributário:** € 26,53  
**Descrição predial:** não descrito na Conservatória do Registo Predial de Carrazeda de Ansiães

Verba n.º 2

**Natureza:** rústica  
**Composição:** terra de centeio e pinhal  
**Confinantes:** António Santos Reis (Norte); António Santos Reis (Sul); António Joaquim Matos (Nascente); Cesar Santos Mesquita (Poente)  
**Situação:** fát  
**Artigo Matricial:** 1361 (anteriormente inscrito sob o artigo 381 da extinta freguesia de Lavandeira)  
**Área:** 1302 metros quadrados  
**Valor Patrimonial tributário:** € 35,37  
**Descrição predial:** não descrito na Conservatória do Registo Predial de Carrazeda de Ansiães

Verba n.º 3

**Natureza:** rústica  
**Composição:** terra de centeio, vinha com cepas, bacelos e castanheiros  
**Confinantes:** Cândido Augusto Frias (Norte); João Cruz Costa (Sul); caminho (Nascente); João Reis (Poente)  
**Situação:** Denegada  
**Artigo Matricial:** 2353 (anteriormente inscrito sob o artigo 718 da extinta freguesia de Lavandeira)  
**Área:** 320 metros quadrados  
**Valor Patrimonial tributário:** € 469,07  
**Descrição predial:** não descrito na Conservatória do Registo Predial de Carrazeda de Ansiães

Verba n.º 4

**Natureza:** rústica  
**Composição:** terra de centeio, batata, cepas e oliveira  
**Confinantes:** Luís Carlos Ribeiro (Norte); João Costa (Sul); José Santos Moraes (Nascente); José Moraes (Poente)  
**Situação:** Denegada  
**Artigo Matricial:** 2377 (anteriormente inscrito sob o artigo 726 da extinta freguesia de Lavandeira)  
**Área:** 1320 metros quadrados  
**Valor Patrimonial tributário:** € 210,44  
**Descrição predial:** não descrito na Conservatória do Registo Predial de Carrazeda de Ansiães

Verba n.º 5

**Natureza:** rústica  
**Composição:** vinha com cepas, oliveiras e figueiras  
**Confinantes:** Manuel Rodrigues (Norte); João Cruz Reis (Sul); José Reis (Nascente); José Alberto Pinto (Poente)  
**Situação:** Depoimento  
**Artigo Matricial:** 3210 (anteriormente inscrito sob o artigo 1004 da extinta freguesia de Lavandeira)  
**Área:** 352 metros quadrados  
**Valor Patrimonial tributário:** € 70,74  
**Descrição predial:** não descrito na Conservatória do Registo Predial de Carrazeda de Ansiães

Verba n.º 6

**Natureza:** rústica  
**Composição:** terra de centeio, oliveiras, figueiras, pastagem e cepas  
**Confinantes:** Manuel Rodrigues (Norte); João Cruz Reis (Sul); José Reis (Nascente); José Alberto Pinto (Poente)  
**Situação:** Depoimento  
**Artigo Matricial:** 3231 (anteriormente inscrito sob o artigo 1011 da extinta freguesia de Lavandeira)  
**Área:** 2500 metros quadrados  
**Valor Patrimonial tributário:** € 26,53  
**Descrição predial:** não descrito na Conservatória do Registo Predial de Carrazeda de Ansiães

-----Que atribuem a cada um dos bens imóveis o respetivo valor patrimonial,-----

-----Que, entraram na posse dos indicados prédios: os indicados nas verbas números três, cinco e seis, no ano de mil novecentos e oitenta e nove, já no estado de casados, por partilha meramente verbal que nunca foi reduzida a escritura pública, feita em dia e mês que não podem precisar, por óbito de José dos Santos Moraes, que foi casado com Alzira dos Reis, e residente na dita Lavandeira, os indicados nas verbas números um, dois e quatro, por compra meramente verbal que nunca foi reduzida a escritura pública, feita em dia e mês que não podem precisar no ano de mil novecentos e oitenta e nove, a João da Cruz dos Reis, que foi solteiro, e residente na dita Lavandeira, já falecido,-----

-----Que, deste modo não possuem título formal que lhes permita registar na aludida Conservatória do Registo Predial os identificados imóveis, todavia, desde o citado ano, data em que se operou a tradição material dos mesmos, eles justificant-se, já possuem, em nome e interesse próprios, os prédios em causa, tendo sempre sobre eles praticado todos os atos materiais de uso e aproveitamento agrícola, tais como, amanhando-os, semeando-os, colhendo os seus frutos, aproveitando, assim, deles todas as suas correspondentes utilidades e pagando todas as contribuições e impostos por eles devidos, agindo sempre como seus proprietários, quer na sua fruição, quer no suporte dos seus encargos, tudo isso realizado à vista de toda a gente, sem qualquer ocultação, de forma continuada, ostensiva e ininterrupta desde o seu início, sem qualquer oposição ou obstáculo de quem quer que seja e sempre no convencimento de o fazerem em coisa própria, tendo, assim, mantido e exercido sobre os identificados prédios, durante mais de vinte anos e com o conhecimento da generalidade das pessoas vizinhas, uma posse pública, pacífica, contínua e em nome próprio, pelo que adquiriram os citados prédios por **usucapião**, que expressamente invocam para justificar o seu direito de propriedade para fins de primeira inscrição no registo predial, direito esse que pela sua própria natureza não pode ser comprovado por qualquer título formal extrajudicial.

-----

Extraí a presente certidão de teor parcial que vai conforme o seu original, e na parte omitida nada há em contrário que amplie, restrinja, modifique ou condicione a parte transcrita.

07.07.2017. A Conservadora,  
 (Ana Paula Pinto Filipe da Costa) Conta registrada sob o n.º 383.

### CARTÓRIO NOTARIAL DE SÃO JOÃO DA PESQUEIRA, DA NOTÁRIA EM SUBSTITUIÇÃO OFICIAL, MARIA JOÃO PINTO DIAS LOURENÇO

REBELO

--: Extracto --:

----CERTIFICO para efeitos de publicação que por escritura de Justificação e Compra e venda, lavrada hoje, neste Cartório, exarada de fls. 65 a 67, do Livro de Notas para Escrituras Diversas nº12-D ILDA DA CONCEIÇÃO LOPES viúva, natural da freguesia de Linhares, concelho de Carrazeda de Ansiães, residente na freguesia de Parambos, concelho de Carrazeda de Ansiães, NIF 133.102.955, declarou que é dona, com exclusão de outrem, do seguinte prédio rústico situado na freguesia de Parambos, freguesia de Carrazeda de Ansiães:

Arcã- composto de terra de centeio, vinha com videiras, com a área de catorze mil metros quadrados, a confrontar do norte com Balbina P. Santos, do sudele nascente com Elísio S. Pinto e do poente com caminho, inscrito na respetiva matriz predial rústica sob o artigo 856, omisso na Conservatória do Registo Predial de Carrazeda de Ansiães, com o valor patrimonial tributário e atribuído de dez euros e dezoito centimos.

----- Está conforme o original.

Cartório Notarial de São João da Pesqueira, em 20 de Junho de 2017

A notária em substituição, Maria João Pinto Dias Lourenço Rebelo

Conta Registrada sob o nº 2017NS3/418



# FARPA 2017

## FESTIVAL DE ARTES DE POMBAL DE ANSIÃES

### LANCHE PARA O FARPA

Sexta, 4 de agosto 2017

- Mesa de queijos
- Entradas
- Camarão
- Carnes frias
- Variadas saladas
- Frutas
- Sobremesas

Sócios 8 Farpas  
Não Sócios 11 Farpas

Inscrições até: 2 de agosto

278669199/926833719/967235845  
geral.arcpa@gmail.com

Apoios:

